



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE DECISÕES JUDICIAIS EM CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL
Autor	PATRICIO ALVES DE SOUZA
Orientador	JOSE ALCEBIADES DE OLIVEIRA JUNIOR

No sentido de realizar uma análise das condições de possibilidade da atividade teórica e da atividade prática, o aluno vem desenvolvendo um projeto de pesquisa na área das decisões judiciais. O interesse advém da inquietação causada pelo registro da ocorrência de relativização, por parte do julgador, na aplicação do ordenamento jurídico em casos de estupro de vulnerável. Nos últimos anos, os magistrados brasileiros têm se mostrado cada vez mais favoráveis a uma interpretação que lance mão da discricionariedade, deixando em segundo plano a normatividade estrita da lei, bem ao contrário do que diziam os arcaicos civilistas franceses enquanto apregoavam o velho ditado: *le juge est la bouche de la loi*. Dessa forma, é importante indagarmos acerca deste alargamento do escopo da interpretação da norma jurídica, visto que, por mais que seja esta a premissa básica do próprio juiz, até que ponto deve ela tomar corpo sem prejudicar os réus, preservando e garantindo os direitos fundamentais de cada indivíduo na sociedade? Espera-se propor, ao fim do trabalho de iniciação científica, um padrão de relativização que, quando aplicado no caso concreto, não cerceie os direitos humanos, uma vez que, entregue a seus próprios anseios, o poder judiciário pode, mesmo sem desejar, acabar por internalizar no processo penal certos conceitos morais, o que se representaria, *prima facie*, danoso ao teor das decisões judiciais. Mais especificamente, o trabalho busca entender os critérios – tanto explícitos quanto implícitos, mas primordialmente estes últimos - utilizados pelos juízes togados quando ao delinear os parâmetros da já dita relativização. O recolhimento de material para a pesquisa dá-se, mormente, por meio da leitura de obras de juristas estrangeiros e nacionais acerca das teorias sobre decisões judiciais. Além disso, também está sendo realizada uma meticulosa compilação de casos, tanto na primeira instância como em instâncias superiores, como o Supremo Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.